



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO ISMAR MARQUES

PROJETO DE LEI N. 25/2005.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 12/04/05

*[Assinatura]*



“Reconhece de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista – ADEPABEV e Dá outras providências”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - E' reconhecida de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista – ADEPABEVE, inscrita no CNPJ 06.928.638/0001-00, com sede no Assentamento Bela Vista, Zona Rural no Município de Luzilândia - PI;

Art. 2º - Ficam garantidos à entidade constante do artigo primeiro desta Lei todos os benefícios assegurados às entidades sem fins lucrativos.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, aos 11 de abril de 2005.

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se ao Protocolo

*[Assinatura]*

Kátia D. Lulálio Carvalho  
Diretora Legislativa

*[Assinatura]*  
ISMAR MARQUES  
Deputado Estadual

Orgão	AL
Número	12-714/05
Data	19.04.05
Assunto	Projeto Lei
Matrícula	
Rubrica	<i>[Assinatura]</i>
Matrícula	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PIAUÍ

Comarca de Luzilândia

Cartório do 1º Ofício, Notas e Registro de Pessoas Jurídicas

rua Cel. Egídio, nº 702 (Fórum) - fone (031 - 86) 393-1791

João Francisco de Carvalho Neto - 1º Tabelião

José de Arimatea Silva e Sousa - Escrevente

## CERTIDÃO

**CERTIFICO** que, no livro A nº 2 (A número Dois) - Registro Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca, às folhas - 59 (cinquenta e nove) consta a transcrição do Registro sob número de ordem - 246 (duzentos e quarenta e seis) datado de 07 de outubro de 2003; o qual me foi requerido por Certidão que é do teor seguinte:- Ata da Fundação e Extrato do Estatuto.

**DENOMINAÇÃO:-** "Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista - ADEPABEV", fundada em, 16/07/2003, é uma sociedade sem fins lucrativos, de direito privado e de duração indeterminada, com sede e fórum jurídico no "Assentamento Bela Vista", município de Luzilândia - PI. É um órgão representativo e reivindicativo em nome e interesse dos seus associados, sem fazer distinção de cor, raça, sexo, estado civil, religião, classe ou ideologia política. A ADEPABEV tem por objetivo promover o desenvolvimento dos seus associados desenvolvendo atividades relacionadas a planejamento, organização, controle, assessoramento, fomento e execução de ações nas áreas:- econômica, técnica, educacional, cultural, ecológica, fiscal e de qualidade. Os associados não responderão pelas dívidas e obrigações sociais da Associação. O associado que exercer cargos políticos partidários ou que seja candidatos ao mesmo, bem como os que estejam respondendo processo judicial de qualquer natureza não poderão concorrer ou assumir cargos da Diretoria ou Conselho Fiscal. em caso de dissolução da associação, seu patrimônio material será doado a outras entidades congêneres dentro do município. (art. 42º dos estatutos). **DIRETORIA EXECUTIVA.**

**PRESIDENTE:- GILVANDETE OTAVIANO DA SILVA;** Identidade nº 1.387.777-SSP-PI; CPF - 948.009.363-49; Vice - Presidente:- Antônio Carlos da Silva Rocha; 1º Secretário:- Francisca das Chagas de Sousa Lima; 2º Secretário:- Maria do Socorro Rodrigues Nascimento; 1º Tesoureiro:- Mauro César Silva Castelo Branco; 2º Tesoureiro:- Maria Luzia Lira Boiba; Diretor de Esportes:- Jean Otaviano da Silva; Diretor Sócio - Cultural:- Antônio José Leão da Silva; Coordenador de Saúde:- Sônia Maria de Souza Resende; Conselho Fiscal. Membros Efetivos:- a)- Francisco Ferreira Filho; b)- Francisco de Assis Silva dos Santos; c)- Marinalva Oliveira dos Santos; Membros Suplentes:- a)- Geovane Silva Braga; b)- Maria de Fátima Rodrigues Sousa; c)- Francinaldo Oliveira. Registro feito por determinação judicial. De, 07-10-03. Era o quanto se continha no livro e folhas ao começar declarados e em meu poder e Cartório, que bem para aqui o transcrevi do próprio original, o qual me reporto e dou fé.

O referido é verdade e dou fé.

Luzilândia (PI) 07 de outubro de 2003.

José de ARIMATEA Silva e Sousa  
Escrevente do Registro

artório João Francisco de Carvalho Neto  
1º Ofício  
João Francisco de Carvalho Neto  
Sousa




Receita Federal

## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.928.638/0001-00	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 07/10/2003
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO BELA VISTA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ADEPABEV			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO ASSETAMENTO BELA VISTA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO	
CEP 64.160-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO LUZILANDIA	UF PI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/10/2003	
SITUAÇÃO ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 17/10/2003 às 14:39:31 (data e hora de Brasília).

Voltar

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal**
**FCPJ - FICHA CADASTRAL DA PESSOA JURÍDICA**
**01 EVENTO(S)**

01 Código/descrição	02 Data	03 CNPJ
101 Inscrição de matriz	07/10/2003	

**03 IDENTIFICAÇÃO**

04 Nome Empresarial	05 Título do Estabelecimento(Nome Fantasia)
ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICUL TORES DO ASSENTAMENTO BELA VISTA	

**04 QUALIFICAÇÃO**

06 Natureza Jurídica	07 Porte da Empresa	08 Trib.Simples	09 CNAE Fiscal	Administrador
399-9 Outras Formas de Associação				
	Demais		9199-5/00 Outras atividades associativas, não es...	

**05 ENDEREÇO**

10 Logradouro	11 Número	12 Complemento	13 Bairro/ Distrito		
ASSETAMENTO BELA VISTA	SN		ZONA RURAL		
14 Cep	15 Cod.Município	16 Nome do Município	17 UF		
64160-000	1115	LUZILANDIA	PI		
18 Caixa Postal/UF/Cep	19 DDD	20 Tel.	21 DDD	22 FAX	23 Correio Eletrônico
24 Cod.Pais	25 Nome do Pais				

**07 CONTADOR / EMPRESA DE CONTABILIDADE**

27 NOME (Pessoa Física)	28 CRC do Contador Responsavel	29 UF	30 CPF	31 CRC da Empresa	32 UF	33 CNPJ
OLIVEIRA XIMENES DE ALBUQUERQUE NETO	00005924	PI	565.570.513-34			

**08 IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O CNPJ**

34 Nome	35 CPF	36 Qualificação
GILVANDETE OTAVIANO DA SILVA	946.009.363-49	16-Presidente

Data Geração : 10/10/2003 Hora Geração : 10:37:46

05-  
[assinatura]

**Estatuto da Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista - ADEPABEV**  
**Município de Luzilândia, Estado do Piauí – Brasil.**  
**Fundada em 16 de julho do ano de 2003**

**CAPITULO I: Da Denominação, Sede, Duração e Objetivos.**

**Art. 1º** - Fica Constituída a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista, município de Luzilândia, fundada em 16 de julho do ano 2003, por deliberação da Assembléia Geral dos Sócios fundadores constantes na Ata de Fundação aprovado em sua íntegra seu Estatuto, que regulamenta o assento da referida Associação no Assentamento Bela Vista.

**Parágrafo único:** Esta Associação foi originada através de movimento espontâneo entre os moradores do Assentamento Bela Vista.

**Art. 2º** - A ADEPABEV é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de direito privado e de duração indeterminada, com sede e fórum jurídico no Assentamento Bela Vista, município de Luzilândia, Estado do Piauí. É um órgão representativo e reivindicativo em nome e interesse dos seus associados, sem fazer distinção de cor, raça, sexo, estado civil, religião, classe social ou ideologia política.

**Art. 3º** - A Associação tem por objetivo promover o desenvolvimento dos seus associados desenvolvendo atividades relacionadas a planejamento, organização, controle, assessoramento, fomento e execução de ações nas áreas: econômica, técnica, educacional, cultural, ecológica, fiscal e de qualidade.

**Parágrafo único:** Para o cumprimento de suas finalidades a ADEPABEV articulará a aquisição em conjunto dos itens para a produção, comercialização, serviço e consumo para todos os associados, de forma coletiva ou isoladamente.

**Art. 4º** - Para a consecução de seus objetivos a Associação deverá:

**I** – Promover a união geral entre os moradores do Assentamento através de uma corrente irmanada pela a solidariedade, pela interdependência, a interação e a sinergia.

**II** – Inserir seus integrantes em desvantagens e todos os que necessitam, no mercado econômico por meio do trabalho, implantando e mantendo organizações e gestão de serviços desenvolvendo atividades agrícolas, industriais, comerciais, afim de promover a cidadania

**Artório " João Melo de Carvalho**

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

**João Francisco de Carvalho Neto**

1º Tabelião Público

**José de Arimateia Silva e Sousa**

Escritório Compromissado

Luzilândia - Piauí

07  
[Handwritten signature]

III – Explorar por meios legais toda e qualquer área produtiva, seja no solo; como agricultura, cerâmica, olaria e outros, seja no comércio ou indústria ou ainda em serviços para promover a melhoria da qualidade de vida dos associados.

IV – Sustentar e defender, perante os poderes públicos e onde quer que se façam necessários outros direitos, interesses e reivindicações de seus associados.

V – Desenvolver e estimular em seus associados o espírito associativista e a franca e efetiva colaboração.

VI – Promover de todas as formas, de maneira sadia e elevada, a classe que representa, por meio de palestras, cursos de aperfeiçoamento, estudos, pesquisas, programas de rádio-difusão, eventos recreativos envolvendo jovens e crianças, bem como quem interessar.

VII – Celebrar convênios, contratos e acordos legais com órgãos públicos ou privados, que venham contribuir no cumprimento dos objetivos.

VIII – Prestar assistência jurídica, contábil e financeira, de forma a fortalecer os associados possibilitando o seu crescimento e garantindo a sua permanência no mercado.

IX – Divulgar e promover orientações jurídicas, decisões administrativas de interesse exclusivo para orientação da classe, bem como colaborar com os órgãos públicos governamentais no interesse restrito dos sócios.

X – Possibilitar consultoria aos associados para a implantação de sistemas da qualidade.

XI – Organizar missões empresariais, com o objetivo de buscar parcerias comerciais e técnico-industriais assim como rolagas de negócios.

XII – Montar empresa ou credenciar associados para produção centralizada, para atendimento às necessidades dos sócios, referendado pela Assembléia Geral.

XIII – Montar empresas ou estabelecer parceiras, para compra de insumos e equipamentos importados ou no mercado interno e venda de produtos no mercado interno, desde que referendado pela Assembléia Geral.

XIV – Desenvolver ações para manter o equilíbrio técnico e organizacional entre os integrantes da ADEPABEV.

## Capítulo II: Dos Associados

**Art. 5º** - O quadro social da Associação se comporá por um número ilimitado de associados constituídos por sócios de ambos os sexos, maiores de 18 anos ou emancipados na forma da Lei, obrigatoriamente residentes no Assentamento Bela Vista.

**Art. 6º** - A admissão de novos sócios é restrita ao critério do órgão normativo da associação e implica na adesão a todas as disposições deste Estatuto e do Regimento

Artório "João Melo de Carvalho

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Arminio Silva e Sousa

Escritório Compromisso

Luizlândia - Piauí

08  
07

Interno, com o parecer da Diretoria e Conselho Fiscal, aprovado pela Assembléia Geral.

**Art. 7º** - A associação é constituída pelas seguintes categorias de associados:

**I** – Sócios fundadores – os que constam na ata de fundação com suas assinaturas.

**II** – Sócios contribuintes - são todos os sócios admitidos após a fundação da associação e que concordarem com o Estatuto e o Regimento Interno ou ainda com outras normas da entidade.

**III** – Sócios honorários – são pessoas físicas ou jurídicas que, sem pertencerem ao quadro social, venham a fazer jus a deferências, em razão de relevantes e excepcionais serviços prestados à associação.

**Parágrafo Primeiro:** A admissão de sócios honorários é aprovada pela Assembléia Geral por proposta unânime da Diretoria.

**Parágrafo Segundo:** Os sócios honorários não terão direitos a voto e nem poderão ser votados ou utilizar os serviços e marca adotada pela associação, porém serão admitidos nas discussões e reuniões se quiserem.

**Art. 8º** - A demissão de associado se dará a seu pedido, por mudança de domicílio fora do assentamento, por falecimento ou por praticar faltas graves contra as disposições legais da associação ou contra a lei.

**Parágrafo único:** Nenhum sócio poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma prevista na lei ou no estatuto.

**Art. 9º** - O associado que infringir o Estatuto e as normas legais da associação, poderá ter seus direitos suspensos e ficam sujeitos às seguintes penalidades, por deliberação da Diretoria:

**I** – Por advertência, sendo por escrito ou verbalmente e em caráter reservado, em faltas consideradas leves.

**II** – Por suspensão de 05 a 15 dias:

a) O reincidente à infração, já punido por advertência.

b) O que incidir em atraso de suas contribuições mensais acima de três meses, bem como faltar ao cumprimento de obrigações junto à Associação. Nesta hipótese ao pagar seus débitos com as cominações legais ficará revogada a suspensão.

**III** – Por exclusão ou eliminação:

1) O sócio que já punido por suspensão, já classificado como justa causa ou motivos graves;

2) O sócio que cometer infração ou faltas graves:

Artório \* João Melo de Carvalho

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Arimateia Silva e Sousa

Escritório Compromissário

Luzilândia - Piauí

- 08<sup>a</sup> 09
- a) Vier ser considerada prejudicial à associação ou que seja contra seus objetivos.
  - b) Levar Associação à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ela contraída.
  - c) Deixar de cumprir de forma reiterada compromissos com fornecedores e ou clientes.
  - d) O que não atender às recomendações da ética e da qualidade.
  - e) O que fizer negociações paralelas que venham prejudicar a associação.
  - f) O que não acatar as decisões da maioria em Assembléia Geral.
  - g) O que operar com marcas estranhas à Associação ou não permitidas por ela.
  - h) O que falta com o decoro e o que cometer crimes de responsabilidades, homicídio que não seja comprovadamente de legítima defesa.

**Parágrafo Primeiro** - A pena de suspensão não isenta o associado de pagar suas contribuições mensais.

**Parágrafo Segundo** - As penalidades previstas neste artigo, serão aplicadas pela Diretoria Executiva, cabendo ao prejudicados recursos junto à Assembléia Geral.

**Parágrafo Terceiro** - A exclusão ou eliminação de associado, só é admissível havendo justa causa ou por motivos graves, fundamentado em Assembléia Geral pela maioria absoluta dos presentes e convocada para tal fim, atendendo recurso.

**Parágrafo Quarto:** Em caso de demissão ou eliminação, o associado não terá direito à restituição a qualquer título ou valor pago anteriormente.

**Art. 10º** - Os associados desta Associação são assegurados por seus direitos e controlados por deveres e obrigações.

**Art. 11º** - O Associado que estiver em dias com suas obrigações e demais deveres terá o direito de:

- a) Utilizar-se de todos os serviços da Associação, nas condições e limites estabelecidos pelo Estatuto e Regimento Interno.
- b) Votar e ser votado para cargos eletivos.
- c) Sugerir à Diretoria ou à Assembléia Geral quaisquer medidas que julgar de interesse da associação.
- d) Solicitar, por escrito em reunião, quaisquer informações sobre as atividades da Associação, bem como consultar livros e balanço geral.
- e) Participar de reuniões e assembleias da associação apresentar planos e propostas, ações e idéias de interesse ao bom desempenho e crescimento da entidade.
- f) Recorrer de todas as penalidades que lhes forem impostas à Assembléia Geral.

Artório " João Melo de Carvalho  
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público  
José de Arimateia Silva e Sousa  
Escritório Compromissos  
Luzitânia - Piauí



- g) Requerer Assembléia Geral extraordinária, justificada, após solicitação não atendida, com o número de um quinto de assinaturas dos sócios efetivos.
- h) Demitir-se do quadro social quando lhe convier, ressalvados os sócios que estejam exercendo cargos de confiança, que só poderão demitir-se referendados pela Assembléia Geral após solicitação justificada, por escrito e assinado pelo sócio requerente.
- i) Receber apoio e solidariedade em todos os casos e questões que se enquadrarem nos princípios da lei e desde Estatuto.
- j) Ter acesso à contabilidade da Associação obedecendo às normas estabelecidas pelo Estatuto e Regimento Interno
- k) Aprovar e reprovar a inclusão de novos sócios.
- l) Ter acesso a toda e qualquer negociação da Associação ou grupo.
- m) Ter acesso a toda em qualquer informação que chegar à Associação

**Art. 12º - São deveres e obrigações dos associados:**

- a) Cumprir as obrigações com clientes e fornecedores, pagar pontualmente as contribuições que lhes competirem.
- b) Auxiliar a Associação na realização de seus respectivos fins.
- c) Não prejudicar moral, legal ou economicamente Associação.
- d) Desempenhar zelosamente os cargos e atribuições, missões ou serviços que lhes forem confiados.
- e) Cumprir e fazer cumprir as determinações do presente Estatuto, do Regimento Interno, bem como as decisões tomadas pela Diretoria e pelas Assembléias Gerais, no âmbito de suas responsabilidades e competência.
- f) Comparecer as reuniões e Assembléias Gerais, tomar parte nas deliberações e votar, ressalvado nos casos tratado no artigo 9º, inciso II e III.
- g) Comunicar mudança de endereço, alteração no contrato social ou fato relevante.
- h) Abster-se de qualquer manifestação ou discussão de natureza política, racial, religiosa ou pessoal nas dependências da Associação ou nas reuniões de Diretoria ou Assembléias Gerais.
- i) Atender às normas de padronização de atendimento aos clientes e ao sistema de qualidades elaboradas pela Associação.
- j) Participar dos grupos de trabalho, obedecendo aos rodízios estabelecidos em reunião.
- k) Acatar todas as decisões emanadas da Assembléia Geral.
- l) Promover e facilitar o intercambio de informações entre os associados.
- m) Zelar e conservar o patrimônio moral, social e material da organização.

**Parágrafo Primeiro** - Os associados não responderão pelas dividas e obrigações sociais da Associação.

Artório \* João Melo de Carvalho

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Arimateia Silva e Sousa

Escritório Comarcado

Luiz André - Pádua

**Parágrafo Segundo** - As responsabilidades do associado perante a terceiros, por compromissos da Associação, ocorrido até o desligamento, perdurará para os demitidos e eliminados até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento

### **Capítulo III: Dos Órgãos de Direção e Consulta**

**Art. 13º** - A ADEPABEV tem suas ações e atividades administradas por três órgãos que são a base estrutural da entidade a saber:

I – Uma Assembléia Geral, Órgão Soberano.

II – Uma Diretoria Executiva, Órgão de Ação e Execução.

III – Um Conselho Fiscal, Órgão de Fiscalização.

**Art. 14º** - A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, é constituída por todos os associados quites e em pleno gozo de seus direitos, é o órgão supremo da Associação e, dentro dos limites neste Estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da Associação, *sendo que suas deliberações vinculam a todos ainda que ausentes ou discordantes.*

**Parágrafo Único:** As deliberações da Assembléia Geral são aprovadas pela maioria simples de votos, sendo o quorum de instalação metade mais um e em segunda convocação, meia hora mais tarde com dois terços dos associados, e em terceira convocação meia hora mais tarde com a presença de vintes cinco por cento dos associados.

**Art. 15º** - A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente da Associação, pelo Conselho Fiscal conforme o artigo 48º, pelo Secretario conforme o disposto no artigo 47º ou ainda por um quinto dos associados como trata o artigo 11º aliena g.


**Parágrafo Único:** Não poderá participar da Assembléia Geral o associado que esteja infringindo qualquer disposição citada no artigo 9º, incisos II e III.

**Art. 16º** - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior as Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de um dia através de edital de convocação.

**Art. 17º** - No edital de convocação das Assembléias Gerais, deverão constar:

- a) A denominação da Associação, seguida da expressão; “convocação da Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária” conforme o caso.

Artório \* João Melo de Carvalho  
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público  
José de Arimateia Silva e Sousa  
Escritor Compromissado

- 12
- 
- b) O dia e hora da reunião, assim como o endereço do local de sua realização.
  - c) A sequência ordinal da convocação.
  - d) A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações.
  - e) O número de associados na data da sua expedição, para efeito de cálculo do quorum de instalação.
  - f) Assinatura do responsável pela convocação.

**Parágrafo Primeiro:** Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis; na sede e nas dependências mais comumente freqüentadas pelos membros da Associação; ou por qualquer outro meio de comunicação que permita o registro do recebimento da comunicação.

**Parágrafo Segundo:** No caso da convocação ser feita por associados, o edital será assinado, no mínimo por quatro signatários dos documentos que a solicitarem.

**Parágrafo Terceiro:** Para efeito de verificação de "quorum" de que trata este artigo o número de associados presentes em cada convocação, se fará por suas assinaturas no livro de presença.

**Art. 18º** - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente da Associação e assistidos pelo seu secretário, que fará constar em ata todas as decisões.

**Art. 19º** - A Assembléia Geral ordinária, se reunirá obrigatoriamente duas vezes por ano, sendo no decorrer da primeira quinzena do mês de julho e primeira quinzena de janeiro de cada ano, após o encerramento do exercício social de cada semestre e deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar na ordem do dia:

- a) Prestação de contas da Diretoria, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal compreendendo:
  - Relatório da gestão
  - Balanço geral
  - Plano de atividade da Associação para o ano seguinte
  - Outros assuntos de interesses da Associação.
- b) Eleição de renovação da diretoria e Conselho Fiscal a cada dois anos.

**Parágrafo Único:** A aprovação do relatório, balanço e contas da Diretoria, desoneram seus componentes de responsabilidades, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou infração da lei ou deste Estatuto

Artório "João Melo de Carvalho  
1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público  
José de Arimatea Silva e Sousa  
Escritário Comprobatório  
Luziândia - Piauí

**Art. 20º** - A Assembléia Geral extraordinária reunir-se-á sempre que for necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Associação constante do edital de convocação, excetuando-se os contidos nas alíneas "a e b" do artigo 19º.

**Parágrafo Único:** É de competência exclusiva da Assembléia Geral extraordinária:

I - Reforma de Estatuto.

II - Mudança de objetivo da entidade.

III - Dissolução voluntária da Associação, com maioria absoluta dos sócios presentes.

IV - Para destituição de sócios e administradores.

**Art. 21º** - A Associação é administrada por uma Diretoria executiva, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário, um Primeiro Tesoureiro, um Segundo Tesoureiro, um Diretor de Esporte e Lazer, um Diretor Sócio-Cultural e um Coordenador de Saúde; podendo ser reeleitos, não ficando no cargo mais que dois mandatos.

**Art. 22º** - A Diretoria reunir-se-á obrigatoriamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do presidente ou por solicitação do Conselho Fiscal, exigindo-se neste caso, assinatura de no mínimo dois Conselheiros.

**Parágrafo Primeiro:** As deliberações da Diretoria, nas reuniões de que trata este artigo, deverão constar em ata, lavrada no livro próprio, lida, aprovada e assinada pelos dirigentes presentes.

**Parágrafo Segundo:** Só há obrigatoriedade de todos os associados presentes assinarem um ata quando estes são sócios fundadores ou quando em outros casos forem citados seus nomes completo como participantes da reunião.

**Art. 23º** - A Diretoria é o órgão de execução da Associação e a ela compete as seguintes atribuições:

I - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno e as decisões das Assembléias Gerais.

II - Elaborar planos de trabalho, programas, projetos, contratos e acordos, para serem executados após aprovação pela Assembléia Geral, com parecer no Conselho Fiscal.

III - Elaborar regimento interno.

IV - Admitir, suspender e eliminar associado.

V - Obter recursos de terceiros para atender os objetivos da Associação.

Artório \* João Melo de Carvalho

1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Arimateia Silva e Sousa

Escritoriente Compromissado

Luziânia - Goiás

VI – Elaborar o orçamento do exercício anual.

VII – Organizar os serviços administrativos internos, fixar condições de provimentos de cargo, vencimentos, funções, regalias e deveres, bem como nomear e demitir pessoal.

VIII – Designar os estabelecimentos bancários a que se devam recolher os numerários e valores.

IX – Contrair obrigações, adquirir e alienar bens móveis e imóveis com autorização da Assembléia Geral.

X – Apresentar à Assembléia Geral ordinária os relatórios e contas de sua gestão.

XI – Propor à Assembléia Geral a admissão de sócio honorário.

XII – Apresentar ao Conselho Fiscal os relatórios e balancetes mensais, semestrais e anuais para o seu parecer.

XIII – Criar tantas quantas comissões, sejam aprovadas em Assembléia Geral e constar em ata.

**Art. 24º** - O Presidente da Associação é o cabeça e o coordenador geral das atribuições da Associação, porém subordinado à Assembléia Geral e tem as seguintes competências:

I – Supervisionar todas as atribuições da Associação.

II – Acompanhar freqüentemente o saldo de caixa.

III – Assinar cheques bancários, conjuntamente com o tesoureiro.

IV – Assinar, conjuntamente com o secretario, contratos convênios e demais documentos constituídos de obrigações.

V- Convocar e presidir reuniões e Assembléias Gerais.

VI – Representar ativa e passivamente a Associação em juízo e fora dele e constituir advogado quando necessário.

VII – Acompanhar os resultados dos planos de atividades da Associação.

VIII – Apresentar à Assembléia Geral Ordinária o relatório de gestão e plano geral.

IX – Receber doações e subvenções, bens móveis e imóveis para a Associação e em nome dela.

X – Nomear e delegar poderes para lhe representar ou assumir responsabilidade.

XI – Fazer empréstimos financeiros junto às redes bancárias em nome da Associação, aprovado por antecipação pela Assembléia Geral, para cumprir seus objetivos.

**Parágrafo Primeiro:** O presidente será substituído em suas faltas e impedimentos pelo seu vice-presidente e em falta desde pelo secretario, quando for o caso.

Artório \* João Melo de Carvalho

1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

Jose de Arimateia Silva e Sousa

Escritor Comprovaçado

Luzitânia - Piauí

15  
84=

**Parágrafo Segundo:** Ocorrendo uma ou mais vagas na diretoria o presidente convocará a Assembléia Geral para o preenchimento dos cargos.

**Art. 25º - Compete ao vice-presidente:**

- I – Assumir e exercer as funções da presidência nos casos de ausência do presidente ou vacância no cargo.
- II – Elaborar e controlar plano de atividades da Associação, junto com o presidente ou tesoureiro, quando for o caso.

**Art. 26º - O Secretario da Associação é o responsável direto por todas as atribuições da secretaria e lhe compete fazer:**

- I – Secretariar as reuniões Assembléias Gerias, lavrar atas referentes às mesmas responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes a sua área.
- II – Zelar pelas correspondências da Associação, responsabilizando-se pela sua guarda e integridade.
- III- Assinar, conjuntamente com o Presidente, contratos, projetos e demais documentos constituídos de obrigações.
- IV – Assumir e exercer as funções da previdência nos casos de impedimentos conforme o exposto no artigo 48º.

**Art. 27º - Compete ao segundo secretario:**

- I– Estar inteirado permanentemente com as funções e atribuições do primeiro Secretário e substitui-lo nas suas faltas e impedimentos.

**Art. 28º - O Primeiro Tesoureiro é o responsável pela guarda dos bens e títulos em moedas correntes da Associação e tem as seguintes atribuições:**

- I – Receber taxas e mensalidades da Associação, para sua manutenção, estabelecidas em Assembléia Geral.
- II – Assinar com o Presidente, cheques e quaisquer outros documentos ou títulos de créditos, pelos quais resultem responsabilidades pecuniárias para a Associação, desde que aprovada pela diretoria ou pela Assembléia Geral.
- III – Elaborar e controlar projetos relativos à área financeira e contribuir para que seja implantado e desenvolvido, elaborando regimento interno e plano de atividades.
- IV – Supervisionar os serviços da tesouraria, movimentando as contas da Associação emitindo e endossando cheques, juntamente com o Presidente.
- V – Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores pertencentes à Associação.
- VI – Elaborar relatório no final de cada semestre correspondentes às receitas e despesas e apresentar para parecer do Conselho Fiscal e aprovação da Assembléia Geral.

Artório \* João Melo de Carvalho  
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
Tabellão Público  
José de Almeida Silva e Sousa  
Escritor Compromissado  
Luziânia - Goiás

15=

VII – Prestar informações da tesouraria a qualquer associado que solicitar.

**Art. 29º** - Compete ao segundo tesoureiro:

I – Está interligado permanentemente com as atribuições do primeiro tesoureiro e substitui-lo nas suas faltas e impedimentos.

**Art. 30º** - O Diretor de esporte e lazer é responsável, principalmente, em desenvolver todas as atividades recreativas e comemorativas na comunidade e tem as seguintes atribuições:

I – Incentivar e promover jogos e recreações esportivas, torneios e movimentos festivos envolvendo os sócios e suas famílias, como também apoiar, acompanhar e assistir os movimentos da juventude,

II – Reivindicar junto aos órgãos públicos e privados, projetos e recursos financeiros para atender a demanda.;

III – Elaborar calendários esportivos e recreativos para execução na comunidade recebendo apoio da Assembléia Geral.

IV – Prestar contar junto à tesouraria de todos os recursos empregados nas suas atividades.

**Art. 31º** - O Diretor Sócio-Cultural se dedica às atividades educativas, culturais, sociais e religiosas, acompanhando trabalho com os sócios, crianças e jovens que envolvam todas as ações e artes, e tem as seguintes atribuições:

I – Promover ações e projetos que visem o desenvolvimento educacional, cultural e artístico dos associados e da juventude em geral.

II – Dar apoio e organizar os movimentos sociais, culturais, religiosos, fundar e manter biblioteca, teatro e fontes culturais, artísticas visando o desenvolvimento de uma consciência crítica dos membros envolvidos.

III – Colaborar com a escola do Assentamento, creche e professores visando um bom desempenho da comunidade e dos envolvidos.

IV – Reivindicar junto aos órgãos públicos e privados recursos e projetos para cumprir suas ações.

V – Prestar contas junto à tesouraria dos recursos empregados nas suas atividades.

**Parágrafo Único:** O Diretor Sócio-Cultural e diretor de esportes poderão e devem eleger uma equipe de trabalho para lhes auxiliar nas execuções de suas atribuições.

**Art. 32º** - O coordenador de saúde é responsável pela saúde preventiva dos integrantes da Associação e tem as seguintes atribuições:

I – Zelar pela saúde preventiva dos associados como um todo, como:

Artório "João Melo de Carvalho  
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público  
José de Arimateia Silva e Sousa  
Escritorante Compromissado  
Luziândia - Piauí



- 16= 17
- a) Acompanhar crianças, gestantes, adolescentes e idosos dando as orientações junto ao agente de saúde local, conforme estabelecida a sua programação.
- b) Orientar pré-natal, desnutrição encaminhando os clientes à assistência médica.
- c) Prestar os primeiros-socorros, quando necessário não deixando de procurar o apoio necessário junto ao agente de saúde da área.

**Art. 33º** - A administração da Associação é fiscalizada por um Conselho Fiscal, constituído de seis membros; sendo três membros titulares efetivos e três membros suplentes, sendo todos sócios efetivos e eleitos pela Assembléia Geral ordinária, permitindo a reeleição *apenas de um terço* dos seus componentes não permanecendo no cargo por mais de dois mandatos consecutivos.

**Parágrafo Único** - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal nenhum sócio portador de cargo na Diretoria ou outras funções.

**Art. 34º** - Compete ao Conselho Fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar o correto emprego dos recursos financeiros da Associação, para o qual foi destinado.

II - Exigir o fiel cumprimento do Estatuto da Associação, cumprindo sua parte.

III - Dissolver a diretoria da Associação, quando houver motivos conforme o exposto no artigo 49º.

IV - Apreciar as contas, balancetes e outros demonstrativos, o balanço geral e relatórios anuais da diretoria, emitindo seu parecer sobre estes para serem aprovados em Assembléia Geral.

V - Recomendar à Diretoria em exercício as providencias necessárias para sanar irregularidades que encontrar ou para melhoria dos serviços.

VI - Emitir parecer sobre assuntos que a Diretoria submeter à sua apreciação.

**Parágrafo Primeiro:** Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a qualquer livro, contas, documentos e outros, independentemente de autorização da Diretoria, porém sem que lhes caiba o direito de interferir na administração da Associação.

**Parágrafo Segundo:** O Conselho Fiscal não poderá, a qualquer pretexto, retirar documentos fiscais e contábeis da sede da entidade para serem analisados.

**Parágrafo Terceiro:** O Conselho Fiscal poderá contratar assessoramento técnico especializado e valer-se dos relatórios e informações de serviços de auditoria interna e externa, correndo as despesas por conta da Associação, desde que aprovado pela Assembléia Geral.

Artório \* João Melo de Carvalho

1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Arimatéia Silva e Sousa

Escritário Comodatário

Muzilândia - Piauí



87-

**Art. 35º** - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente, quando necessário, com a participação mínima de cinquenta por cento mais um.

**Parágrafo Primeiro:** Em sua primeira reunião o Conselho Fiscal escolherá, dentre os seus membros, um coordenador incumbido de convocar e presidir as reuniões, escolhendo também um secretário.

**Parágrafo Segundo:** As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer dos seus membros titulares, se for o caso, ou por solicitação da Diretoria ou Assembléia Geral.

**Parágrafo Terceiro:** Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por um substituto escolhido na ocasião.

**Parágrafo Quatro:** As suas deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, e constará em ata lavrada em livro próprio, lida e aprovada depois de assinada por todos os presentes conselheiros.

**Parágrafo Quinto:** Os membros do Conselho Fiscal responderão solidariamente com a Associação, pelos prejuízos causados, às empresas, pessoas, associados ou a terceiros, resultante de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da Lei ou do Estatuto.

#### **Capítulo IV – Das Eleições e Posse da Associação.**

**Art. 36º** - As eleições para cargos da Diretoria e Conselho Fiscal serão realizadas em Assembléia Geral ordinária de dois em dois anos, convocada para esse fim, no segundo semestre do mês de julho.

**Art. 37º** - O Edital de convocação e as circulares aos associados para a Assembléia Geral ordinária em que se realizará a eleição da Diretoria e Conselho Fiscal será publicado em jornal de maior circulação da região ou será entregue aos associados mediante assinatura de protocolo de recebimento, e expedidos com antecedência mínima de trinta dias.

**Art. 38º** - As inscrições de nomes de associados efetivos concorrentes aos cargos, far-se-á no período compreendido entre a data da publicação do Edital de

Artório "João Melo de Carvalho  
1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público  
José de Arantes Silva e Sousa  
Escritório Compromissado  
Luzitânia - Piauí

18=  
g

convocação para a respectiva Assembléia Geral, até quinze dias antes de sua realização.

**Parágrafo Único:** Só será aceita a inscrição de nomes de candidatos a cargos eletivos mediante autorização assinada pelo o mesmo.

**Art. 39º-** O associado que exercer cargos políticos partidários ou que seja candidato ao mesmo, bem como os que estejam respondendo processo judicial de qualquer natureza não poderão concorrer ou assumir cargos da Diretoria ou Conselho Fiscal.

**Parágrafo Primeiro:** A apuração dos votos terá início logo após o encerramento da votação e serão apurados pela mesa apuradora.

**Parágrafo Segundo:** A mesa apuradora é formada por uma equipe ou comissão formada por três sócios efetivos, que não pertença a nenhuma das chapas concorrentes e será escolhida esta comissão em Assembléia Geral extraordinária trinta dias antes da eleição.

**Parágrafo Terceiro:** Para participar da eleição como votante o sócio só poderá depois de dois meses de associado e para concorrer vacância de cargo só poderá depois de um ano de associado.

**Parágrafo Quarto:** A votação para os cargos de vacância da Diretoria e Conselho Fiscal se dará em votação direta e secreta ou por aclamação, se for o caso.

**Art. 40º -** Após a apuração dos votos, será eleito o candidato que tiver maioria dos votos, porém em caso de empate será considerado eleito o sócio candidato mais antigo na associação, prevalecendo o empate, será escolhido o mais idoso.

**Parágrafo Único:** A posse dos eleitos da Diretoria e Conselho Fiscal se dará dez dias após a eleição e a firmeza de compromisso dos eleitos serão celebrados por todos com o seguinte juramento:

*Prometo cumprir fielmente o mandato que a mim  
foi confiado e pela minha honra, juro e prometo  
respeitar o Estatuto e Regimento Interno desta  
Associação e os direitos dos Associados, que Deus me  
ajude, assim seja.*

Artório \* João Melo de Carvalho

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

º Tabelião Público

José de Arimateia Silva e Sousa

Escritório Compromissado

União - Piauí

20

19

## Capítulo V – Do Patrimônio da Associação.

**Art. 41º** - O patrimônio da Associação é constituído por todos os seus bens e receitas:

I – Contribuições mensais dos associados .

II – Subvenções e doações, públicas ou por instituições privadas, por pessoas físicas ou autoridades nacionais ou internacionais.

III – Receitas de qualquer espécie e aquisição.

IV – O nome e honra da Associação e seus associados.

V – Os bens semoventes que venham a existir.

**Art. 42º** - Havendo a dissolução da Associação, seu patrimônio material será doado ao outras entidades congêneres dentro do município, não havendo tais entidades no município será doado a qualquer outra dentro do estado, que seja devidamente registrada.

**Parágrafo Primeiro:** A extinção ou dissolução da Associação só se dará por decisão em Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, com maioria absoluta dos associados.

**Parágrafo Segundo:** As despesas da Associação atenderão à realização dos seus fins sociais, compreendendo necessidades administrativas, a juízo da Diretoria aprovada em Assembléia Geral.

**Art. 43º** – Os recursos da Associação só poderão ser gastos dentro do país.

## Capítulo VI – Das Disposições Gerais.

**Art. 44º** - Para responder e representar a Associação perante os poderes públicos, justiça ou poderes privados, quando a Assembléia Geral se sentir desqualificada para tal representação, será escolhido e nomeado pela Assembléia Geral, um advogado de comprovada idoneidade e capacidade profissional, bem como outro profissional de área diferente que seja importante para a entidade.

**Art. 45º** - O Diretor ou associado que, em qualquer operação tenha interesse contrário ao da Associação, não poderá participar das deliberações referentes a essa operação, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

Artório " João Melo de Carvalho

1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis

João Francisco de Carvalho Neto

1º Tabelião Público

José de Almeida Silva e Sousa

Escritório Compromissado

Luziândia - Piauí

20-21  
J

**Art. 46º** - Perderá o mandato o Presidente da Associação ou qualquer membro da Diretoria ou Conselho Fiscal que não comparecer e participar de três reuniões ordinárias consecutivas sem justificar pelo menos uma delas.

**Art. 47º** - Os membros da Diretoria e Conselho Fiscal, não serão remunerados pelo exercício do cargo eletivo, entretanto farão jus a verbas ou diárias de representação quando estiverem executando atividades especiais, técnicas e profissionais previamente estabelecidas pela Diretoria e aprovado em Assembléia Geral.

**Art. 48º** - Havendo renúncia ou perda de mandato do Presidente e Vice-Presidente ao mesmo tempo, assumirá a Presidência da Associação o Primeiro Secretario, porém, no prazo de dez dias a contar da data da última vacância, convocará a Assembléia Geral extraordinária para eleger novo presidente e vice-presidente para terminar o mandato.

**Art. 49º** - Vagando quatro cargos na Diretoria, o Conselho Fiscal a considerará dissolvida e assumirá a Presidência da Associação, porém no prazo de dez dias, contados da última vacância de cargo, convocará a Assembléia Geral extraordinária para eleger nova Diretoria para terminar o mandato.

**Art. 50º** - A Diretoria poderá criar e implantar órgãos ou empresas auxiliares, serviços e atendimentos médicos e odontológicos, educacionais ou sociais para melhor atender no cumprimento dos seus objetivos.

**Art. 51º** - Os associados não responderão direto ou indiretamente por obrigações assumidas pela Associação, bem assim como compromissos sem a previa aprovação em Assembléia Geral.

**Art. 52º** - A Associação terá duração indeterminada, porém, poderá ser dissolvida quando deixar de cumprir com os seus objetivos, conforme o exposto no artigo 4º.

**Art. 53º** - Nos casos enfermícios ou fúnebres de qualquer sócio, ou membro da Diretoria ou Conselho Fiscal, a Associação tem o dever de prestar solidariedade ao moribundo ou falecido e respectiva família enlutada até o necessário.

**Art. 54º** - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos e decididos em Assembléia Geral extraordinária, convocada para tal fim, lavrado em ata e autenticado em cartório.

Artório \* João Melo de Carvalho  
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público  
José de Arimateia Silva e Sousa  
Escritor Compromissado  
Luziânia - Goiás

21 = 22

Art. 55º - Este Estatuto será reformado em quaisquer das suas disposições, em Assembléia Geral extraordinária convocada para esta finalidade pela maioria absoluta de votos dos associados efetivos e quites, quando se fizer necessário.

Art. 56º - O presente Estatuto entrará em vigor, com respectiva ata de aprovação, na data de sua publicação.

Luzilândia, 17 de julho de 2003.

**DIRETORIA:**

Presidente: Gilvander Otaviano da Silva  
Vice-presidente: Antonio Carlos da Silva Rocha  
1º secretário: Marcelo das Chagas de Sousa Lima  
2º Secretário: Maria do Socorro Rodrigues Nascimento  
1º Tesoureiro: Mauro César Silva Castelo Branco  
2º Tesoureiro: Maria Luzia Lima Baiba  
D. Esportes: Alan D. Tomiasso da Silva  
D. Sócio-cultural: Antonio José Lobo da Silva  
Coordenador de Saúde: Sônia Maria de Souza Resende

**CONSELHO FISCAL:**

**Titulares:**

1º Francisco Ferraz  
2º Francisco de Assis Silvado Santos  
3º Marinalda Oliveira dos Santos

**Suplentes:**

1º Joelene Elias Braga  
2º Maria de Fátima Rodrigues Sousa  
3º Marinalda Oliveira

**Sócios Fundadores:**

Artório \* João Melo de Carvalho  
1º Oficial de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público

Escritório Complementar  
Luzilândia

Reconheço Firma (s) de: Gilvander Otaviano da Silva

Dou fé  
Em test. João Francisco de Carvalho Neto  
Luzilândia, 17/07/2003.

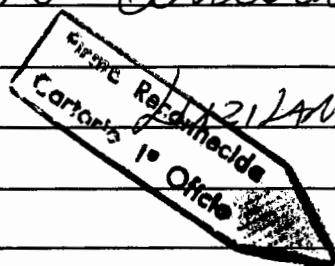
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público

Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Reg. no Livro ANº 2 no fls. 59  
Sub o nº 246 dou fé.  
Luzilândia (PA), 17/07/03.

Ofício Registro

## TERMO DE ABERTURA

Contém o presente livro 50 (Cinquenta) folhas numeradas tipograficamente da n: 01 a n: 50 e servirá de livro próprio de atos das assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista - ADEPA BV, esta situada no município de Luzilândia ao Assentamento Bela Vista.



Luzilândia (PR), 16 de Julho de 2003.

Gilvandete Otaviano da Silva  
GILVANDETE OTAVIANO DA SILVA  
- PRESIDENTE -

Conheço Firma (s) de: Gilvandete Otaviano da Silva  
Doutor  
Em test. Luzilândia (PR) da cidade  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público

Registro Civil das Pessoas Jurídicas  
Reg. no Livro Ano 2 na fls. 59  
Sub o nº 2467 de 16  
Luzilândia (PR) 16/07/2003

Artório \* João Melo de Carvalho  
1º Ofício de Notas e Reg. de Imóveis  
João Francisco de Carvalho Neto  
1º Tabelião Público  
José de Arimatea Silva e Sousa  
Escritor Compromissado  
Luzilândia - PR

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA 2ª  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS  
AGRICULTORES DO ASSENTAMENTO BELA VISTA -  
ADEPABEV, PARA FUNDAR, APROVAR O ESTATUTO E  
ELEGER A PRIMEIRA DIRETORIA.

Aos dezesseis dias do mês de Julho  
do ano dois e Trezentos e Três (16-07-2003), às 16:00hs,  
no barracão do assentamento Bela Vista, que  
fica nesta cidade no bairro Cajueiras, reuniram-se os moradores do assentamento anexo per-  
tencente ao MST Movimento dos Sem Terra com  
o objeto de fundar a Associação de Desenvol-  
vimento dos Pequenos Agricultores do Assen-  
tamento Bela Vista - ADEPABEV, aprovar seu esta-  
tuto e eleger sua primeira Diretoria. Os  
trabalhos foram presididos pelo Dr. Antônio Carlos  
da Silva Rocha, vulgo Lúcio, e secretaria-  
do pelo Sr. Gilvande Otávio da Silva. No iní-  
cio o senhor presidente explanou verbalmente aos  
presentes de que se tratava o presente assen-  
tamento geral, falando da importância de se fun-  
dar uma entidade representativa dos agricul-  
tores que congregam o assentamento, dos pontos  
de se buscar convênios, empréstimos e etc. falou  
também sobre associativismo e cooperati-  
vismo, ainda comentou que via uma difícil-  
dade em os agricultores do assentamento irem  
em busca de apoio individualmente falou  
da força que tem uma associação. Após  
estes esclarecimentos o senhor presidente passou  
para a parte oficial da Assembleia geral  
que era a de fundar a Associação dos Peque-  
nos Agricultores do Assentamento Bela Vista,




Aprovou seu estatuto e eleger uma primeira diretoria. Em seguida passou a indagar dos presentes se havia ou não favorável a aprovação da referida entidade e obteve aprovação unanime, declarando fundada a associação dos pequenos agricultores do Arraial de Bela Vista dando continuidade os trabalhos o senhor presidente explanou aos presentes a necessidade de se aprovar o estatuto que regia a associação passando a ler na integra todos os artigos, paragrafos e incisos sendo todos aprovados integralmente na forma original, após a aprovação do estatuto e como estas foram lidas no mesmo o senhor presidente mencionou aos presentes que havia a necessidade de se realizar uma eleição para eleger uma diretoria que conduzira os trabalhos a frente da associação nos proximos 2(duas) anos, neste momento o senhor presidente suspendeu os trabalhos por 30 minutos para que se organizasse as chapas para concorrerem as eleições. Decorrido o tempo e respeito os trabalhos o senhor presidente consultou a secretaria da Assembleia se constatava alguma chapa inscrita para concorrer as eleições e identificou-se que apenas uma chapa estava se inscrevendo cujo seu composicao era a seguinte: Gilvande Otaviano da Silva - presidente; Antonio Carlos da Silva Rocha - vice-presidente; Francisco das Chagas Souza Lima - 1ª Secretaria; Maria do Socorro Rodrigues Nascimento - 2ª Secretaria; Manoel Cesar Silva Castelo Branco - 1º Tesoureiro; Maria Luzia Lira Bezerra - 2ª Tesoureira; Jean Otaviano



25  
Viano da Silva - Diretor de Esporte e Lazer; Auto 3  
mo José Leão da Silva - Diretor Socio-cultural.  
Sônia Maria de Souza Rezende - coordenadora de  
Saúde; CONSELHO FISCAL: Membros Titulares: 1-  
Francisco Ferreira Filho; 2- Francisco de Assis Sil-  
va dos Santos e 3- Marinaldo Oliveira dos Santos  
e membros suplentes: 1- Giovane Silva Braga 2-  
Maria de Fátima Rodrigues Souza e 3- Fran-  
cisco de Oliveira. Após a confirmação da  
chapa o senhor presidente indagou dos  
presentes se havia favorável ou não com  
a aprovação dos nomes para dirigirem a  
associação e houve aplausos unânimes,  
logo em seguida o senhor presidente declarou  
os eleitos e empenhados em seus cargos, confor-  
me descritos acima, ratificando-se que o senhor  
presidente explicou aos presentes por se tratar do  
da diretoria os procedimentos de que não  
seria o mesmo previsto no Art. 40º parágrafo  
único, cujo antes de dá posse aos eleitos o  
senhor presidente ainda pediu que os mes-  
mos fizessem de fé o juramento que con-  
ta no estatuto no Art. 40º parágrafo único,  
e como nada mais havia a tratar o senhor  
presidente pediu que em Gilvandete Otaviano  
da Silva que secretariou o presente assem-  
bleia geral o redigisse e lavasse o presente assem-  
bleia geral, digo a presente ata que depois de  
lida e aprovada foi assinada pelo senhor  
presidente, por mim e demais presentes e  
assembleia geral. Ratificando-se que ao final  
o senhor presidente argumentou aos presentes que  
a entidade titulariza o título de Sócios hono-  
rário ao senhor falecido Braga dos Santos Filho.  
Antonio Auto da Silva Rocha  
• Gilvandete Otaviano da Silva

• Maria do Socorro Rodrigues Nascimento

• Franco Terzani 

Marinalda Oliveira dos Santos

Francinaldo de Oliveira

Maria de Fatima Rodrigues Sousa

Sonia maria de Souza Resende

Reinaldo Alfonso Guevara

Kaimundo Machado Kabelo

Vento de 7º sudo Glória

M.<sup>a</sup> de Jesus Gonçalves

2. Luíza de Sousa Carvalho

Dejina Cile de Sausat i ma

дифузионно разширение от сапуните

milking time ka sila

zancocha Ga Bui B

rosa leoncio cruz

Maximalva Nascimento Prof. 116

Raimundokirikados Santos

Maria Silva Braga

Maria dosocorres cesario Cruz

Elizaveta Oliviera Arago

Francisco Ferreira dos Santos

Maria Raimunda de Sousa

Alidinaldo Dias Sousa

Amo ao Senhor Bolo

Francisco de Obisacarta

Andrei Belisaru de Republică

ERINALDO SILVA ARAUJO

Edinburgh: Telfs

• Бум. планш. Рейна

Carlos Alberto Gouveia da Silva

the good life is to work

Ana Rosa Ferreira de Brito

Francisco das Chagas Silva

Democracy is better than Communism

Pea Maywa Lima Triana

- Maria da Góia Vilhinho
- Maria de Jesus Pluina Sousa
- Francisco das Chagas Lima Silva
- Carmendécia Ultra de Carvalho
- José Alvo Santos
- Francisco das Chagas Ferreira Souza
- Marcelino de Sousa Brito
- Maria do Socorro da Silva
- Edmilson Ribeiro da Cruz
- José Lopes do Socorro
- Louziana Ferreira Pinto
- Francisco de Assis Araújo da Silva
- Antão Casario
- Lina Rosa da Silva
- Valquíria Maria Silva Lima
- Auriana Soares de Brito
- José da Ribamar Figueiredo
- Leonilda de Silva
- Francisco de Lima Martins
- Antônio José da Silva
- Raimundo Sabino de Brito
- Luís Alves Sousa
- Mauro César Silva Castelo Branco
- Antônia de Ricardo da Silva
- Domingos Rodrigues Suel Lima Filho
- José Antônio de Azevedo
- José da Cunha Sales
- Maria Luíza Lina Boiba
- Sebastião Abreu da Silva
- Francisco de Assis Silva dos Santos
- Yvone de Almeida da Costa
- Luíza da Silva Rocha
- João Batista Casario Cruz
- João de Jesus Gonçalves Oliveira
- Mariada da Conceição da Silva
- Francisca dos Chagas Nascimento

Francisca Maria Gra Oli Vlees  
Ana Maria Cardoso de Brito  
Raimundo no nato Silva

MANOEL LUIZ DOS SANTOS

João Tamiaro da Silva

• Maria Rêlia Batista

• FRANCISCO DAS CHAGAS SOUSA

• Francisca das Chagas de Sousa Lima

• CÍCERA VIEIRA DE CARVALHO

• TEREZA MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA

• JOSÉ BATISTA DA SILVA

• Suzana Gomes da Silva

• MARIA VIRGEM FEITOSA

• TEREZA DE JESUS DA LUZ LIMA

• JOÃO SPINDOLA DA SILVA

• Maria Ilsa da Con Ceição Brito

• MARCOLINA DE SOUSA PINTO

• Antonio Otaviano da Silva

• Maria do Salazar Pereira Lima Filha

• Francinaldo de Oliveira

• SANCAO ROCHA DA SILVA

• Antonio Pinto Vaz de Araujo

• MARIA LAURA MACHADO

• PEDRO VIEIRA DE CARVALHO

• ANTÔNIO VEEIRA DE SOUSA

ANTÔNIO SOARES DE BRITO

27 5

ODILON RODRIGUES DE MORAIS

Gaússon Otaviano da Silva

GILVAN RAMOS DE CARVALHO

Wilmirio Stefana Silva

# Ata da Assembleia Geral<sup>28</sup> Ordinária da Associação de Desenvol- vimento dos Pequenos Agricultores do asse- ntamento Bela Vista.

Aos oito dias do mês de Dezembro  
do ano dois mil e quatro (8-12-2004)  
as quinze h50hs na barracão do asenta-  
mento Bela Vista que fica nesta cidade  
zona rural, reuniram-se os moradores  
do assentamento que pertencem ao  
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais  
Sem Terra, e onde decidiram aprovar as  
seguintes normas:

- \* moradia 3 dias para retorno para quem  
tem casa
- \* horário para visitante 10:00hs, 11 horas  
para assentado
- \* para quem que mora tem 15 dias  
para fazer a casa
- \* festa, basílica e benefício só para aquele  
que esteja morando na comunidade que esteja  
participando das atividades.
- \* que cada coordenador tem que ter um  
caderno, relate suas atividades do grupo
- \* que o assentado, tenha execução das explicações
- \* e os sábado seja feita mutirão
- \* ser diferenciado nos cursos de jurídica e  
saúde

X ~~Manoel da Silva~~

X ~~gomes Lima~~ 2.648.108

ma ~~ruiza Lira Boita~~ 1050590

Amilíonima ~~Longa Lima~~ 2449322

Paimão ~~7 Lira~~ 1967.862

Maria Raimunda de Sousa RG 1.859.805

Francisco Ferreira dos Santos 1.427.949

Alcides de Paulo Oliveira

Raimundo Soares de Brito 2.327.530

Rafael Lima Alves 2.448.382

Maria de Fátima Rodrigues Sousa 1.276.

Elizane Oliveira Aguiar 012.443.523-81

Maria Ruzia Vieira de Carvalho 2.449.257

Maria Silva Braga 2.284.783

Luiz Carlos de Carvalho RG 2014.060

Maria dos Reis Lima Sousa

Gerardo Severino da Silva 1.624.097

Orlando Otávio da Silva 1.832.734

Glomera Oliveira Silva 2.549.898

Zakton Otaviano da Silva 2.441.929

Carlos Roberto Pereira da Souza 902.418

Marcos Silva Costa 1.160.267

Giovani Silva Braga 012.452.963-10

João Luiz de Sousa 545.983

CLAYTON E SILVA 36.065.223-9

Carlos Alberto G. da Silva 1.996.418

Gabriel Soares de Brito 9250.960

Pedro Amorim da Silva 2.614.095

Ana Rosemeire B. 1.684.323

Jailson Rodrigues da Silva

Francisla Maria dos Santos Laldas 1.685.671

Bernola Maria f. das Santos 2.639.070 2001.3

Francisco de Lima Martins 5009587-0

José Batista de Silva

Daniel Rodrigues Silva Filho 7403597528

João da Silva 925

Sergio Rocha da Silva

Domingos Severino da Rosa Neto

Francisco dos Prazeres Sousa 1.387.857

Manoel Luis dos Santos 1.428.001

Bernardo Goncs De Oliveira 902.458

Maria de Jesus Costa Nascimento 2.190.064

Luis Mendes Santos 627.184

Francisca Vieira DA COSTA 1.889.592

M<sup>a</sup> Madalena da Conceio 1.524.798 +

Francisca Pontes Pereira 015.419.743-10

Raimundo M<sup>a</sup> GERARDA de MORAIS

Antonio Carlos da Silva Rocha





# Assembleia Legislativa

## FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO
	30
	AL-7/4/05

### DIRETORIA LEGISLATIVA

#### JUNTADA

Publicação de matéria  
de 28/01/2005  
audas.

Em 20/04/05

Funcionário

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO  
Encaminha-se à Redação  
de Atas

Em 20/04/05

Roberto Sampaio  
Conseição de Maria Dádua Sampaio  
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Assembleia Legislativa

Encaminha-se à Diretoria  
Legislativa

Em 25/04/2005

Maria Dádua Sampaio  
Conseição de Maria Leite Galvão  
Chefe do Núcleo Redação de Atas

Assembleia Legislativa

Encaminha-se à Diretoria  
Legislativa

Em 28/04/2005

Maria Dádua Sampaio  
Conseição de Maria Leite Galvão  
Chefe do Núcleo Redação de Atas

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se à Comissão Técnica  
Infra  
Kénia D. Eulálio Carvalho  
Diretora Legislativa

### PROVIDENCIADO

Em 01/07/05

pp. Sampaio  
Chefe da Seção de Autógrafos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se ao Autógrafos  
Infra  
Kénia D. Eulálio Carvalho  
Diretora Legislativa

### AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Secretaria geral da mesa.

Infra  
Kénia D. Eulálio Carvalho  
Diretora Legislativa



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 26/04/05

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado João Marinho

para relatar.

Em 26/04/05

Presidente Comissão de Constituição e Justiça



*ESTADO DO PIAUÍ*  
*ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*

---

*COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA*

**PROJETO DE LEI Nº 25/05**

**PROCESSO AL 714/05**

**AUTOR: DEP. ISMAR MARQUES.**

**RELATOR: DEP. JOÃO MADISON.**

Devolva-se o Processo ao Autor para que o mesmo seja instituído com a documentação exigida para que uma instituição seja reconhecida como de utilidade pública, ou seja o extrato do estatuto publicado no diário oficial.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 10 de maio de 2005.**

  
Dep. JOÃO MADISON  
Relator

Sr. Relator,

Segue cópia do  
Diário Oficial do Estado,  
dia 12/4/2005, página 7, que  
publicou extrato do Estatuto de Associações.

Te, 17/5/2005

Requer  
Auton.

Jerneide Coutinho, passou para a mesma direção dos trabalhos. A Presidente apresentou aos presentes os seguintes pontos de pauta: 1) Apresentação e aprovação do reajuste realizado - PLANTEQ/2005. A Diretora da Unidade de Qualificação - Gisela Ximenes fez as explanações sobre as alterações sofridas pelo PLANTEQ/2005, justificou que obedeceu a orientação ministerial para reajuste do PLANTEQ/2005 para os patamares do PLANTEQ/2004. Explicou aos presentes que o critério obedecido para proceder a estas alterações foi o da razoabilidade e o da proporcionalidade. Algumas perguntas surgiram e prontamente respondidas pela Diretora de Qualificação. A Conselheira Ana Paula perguntou sobre o critério utilizado para a retirada de alguns cursos, bem como de algumas cidades anteriormente contempladas, que ora não estão no PLANTEQ/2005. A Diretora de Qualificação, Gisela Ximenes respondeu informando que tinha sido retirada das cidades onde existiam muitos cursos, cursos estes que de certa forma já haviam sido ministrados anteriormente naquele município. O Conselheiro Andrade Júnior - SINDUSCON sugeriu que se acrescesse cursos na área da indústria da construção civil especificamente sobre separação de resíduos sólidos e perguntou: se seria possível substituí-los por cursos já contemplados? No momento não é recomendável, foi lhe respondido, embora possa ser incluído nos conteúdos básicos dos programas dos cursos da área de construção civil. Novamente a Conselheira Ana Paula perguntou o porquê da retirada do curso de "cabeleireiro" da cidade de Buriti dos Lopes - PI, a resposta foi praticamente a mesma, de que num passado bem próximo este curso já havia sido contemplado e oferecido para muitos trabalhadores e no momento, é pensamento não ministrá-lo agora neste período. A conselheira solicitou que se constasse em Ata o que a Diretora Gisela Ximenes disse, ou seja, "que se houvesse recurso suplementar seria dada prioridade a estas cidades e a estes cursos ora retirados da planilha. (Anexa). O Conselheiro Jerneide mencionou que o SENAI quando planeja os cursos, deixa uma cota, da ordem de 20% (vinte por cento) para o "social". A Diretora de Qualificação disse que também é esta a preocupação do CODEFAT, há um percentual reservado para o social. O Conselheiro Elmano Ferrer disse que não se investe de fato na qualificação do servidor público neste País, pois um servidor qualificado e constantemente reciclado poderá vir a prestar um bom serviço à coletividade, mas é um dever do Estado. A Diretora de Qualificação Gisela Ximenes, conunga com o pensamento do Secretário desejando que o Conselheiro Elmano, com sua influência, consiga trazer mais recursos para que se contemple cada vez mais trabalhadores. A Presidente Ana Paula colocou em votação o assunto em pauta e todos foram unânimes pela sua aprovação. 2) Outros Assuntos - Alguns Conselheiros se manifestaram sobre a mudança do local das próximas reuniões, tendo em vista a grande distância que se deslocam para virem ao prédio da FIEPI. O Secretário Executivo, Prof. Gualter, se pronunciou sobre esta situação e disse que julgaria com a Conselheira Paula Mazullo - DRT/PI para que esta próxima reunião acontecesse na DRT/PI e todos concordaram que a próxima reunião seria no dia 02 de maio no auditório da DRT/PI. A Presidente Ana Paula disse que estava vendo a possibilidade de trazer nesse dia o Presidente da APPM nessa próxima reunião, uma vez que todas as segundas e terças ele se encontra em Teresina-PI. Foi sugerido também que se adotasse um sistema de rodízio para as reuniões e sugeriram que após essa do dia 02 de maio, a reunião a seguir fosse no Auditório da FETAG/PI. Todos concordaram. O Secretário Executivo informou que os assuntos de pauta para a próxima reunião, serão: "Regimento Interno da CEE/PI" e a situação das "Comissões Municipais de Emprego". Como ninguém mais fez uso da palavra, a Presidente Ana Paula - FIEPI deu por encerrada esta reunião, que encerrou-se às 11:15 horas. E eu, Francisco José Gualter de Oliveira - Secretário Executivo da CEE/PI assino a presente juntamente com a Presidente.

P. P. 14273

**BRASIL**

Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMAR  
Projeto Proágua Semi-Árido / Empréstimo n.º 4310-BR, Banco Mundial

**Manifestação de Interesse**

A República Federativa do Brasil recebeu um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento em várias moedas para o financiamento do sub-programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro (PROAGUA/ Semi-Árido). Parte dos recursos desse empréstimo serão aplicados para pagamentos elegíveis dentro da seleção e utilização de consultores pelos mutuários do Banco Mundial. O objetivo geral é definir o escopo do processo de seleção de consultores com a finalidade de implementar as atividades constantes do Plano Operativo Anual - POA/2005, a serem realizadas no âmbito da Unidade de Gerenciamento do PROAGUA - UEGP da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

O Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMAR, agora convida empresas, organizações não-governamentais ou consórcios elegíveis a manifestar seu interesse em executar a seguinte atividade:

**Atividade - Elaboração do Projeto Microbacia I do Riacho do Sucuruí "Vaqueta/Gavião" em Gilbués/PI, a ser realizado durante 8 (oito) meses.**

Os interessados deverão encaminhar, ao titular da SEMAR, as seguintes informações, indicando que estão qualificadas para a execução desses serviços: experiência em serviços similares; equipe técnica; currículo do coordenador a ser designado para os trabalhos e outras informações a critério dos interessados.

A Manifestação de Interesse não pressupõe qualquer compromisso de contratação. Qualquer contratação será de acordo com os procedimentos estabelecidos nas Diretrizes do Banco Mundial: Seleção e Utilização de Consultores pelos Mutuários do Banco, Janeiro de 1997, e revisões de setembro de 1997, de janeiro de 1999, de maio de 2002 e de junho de 2003.

Os interessados poderão obter informações adicionais no endereço indicado abaixo das 8:30 às 12:00 e de 14:30 às 18:00 horas, de 2ª a 6ª feira, na Unidade de Gerenciamento do PROAGUA. Manifestações de Interesse deverão ser entregues no endereço abaixo até o dia 29 de abril de 2005, às 10:00 horas da manhã.

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais  
ATT: DALTON MELO MACAMBIRA  
Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais  
Rua Desembargador Freitas, nº 1599- Edif. Paulo VI- Centro,  
CEP: 64.000-240, Teresina- Piauí, Brasil  
Fone: (86) 216-2039 / Fax: (86) 216-2035

P. P. 14244

**COMUNICADO**

A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados e especialmente aos licitantes que receberam o edital referente à Concorrência Pública Nacional Nº. 003/2005, que os itens 24 e 25 (Ventiladores eletrônicos) foram excluídos do Anexo I.  
Permanece inalterada a data de recebimento e abertura dos envelopes "documentação" e "proposta". Teresina(PI), 08 de abril de 2005

Gardênia Maria de O. Leite  
- Presidente da CPI -  
João Orlando Ribeiro Gonçalves  
- Presidente da FMS -

P. P. 14239

**HALLEY S/A-GRÁFICA EDITORA-CNPJ(MF) Nº 10.308.997/0001-03- ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. CONVOCAÇÃO.** São convocados os Senhores Acionistas, a se reunir em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no dia 29 de Abril de 2005, às 17(dezessete) horas, na sede social, à Av. Avenida Industrial Gil Martins, nº 250, bairro São Pedro, nesta capital, afim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.004; b) Destinação do Lucro Líquido e a distribuição de dividendos; c) fixação das remunerações do conselho e da diretoria; d) Outros assuntos de interesse da sociedade. 2) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: a) exame e deliberação a respeito da proposta do Conselho de Administração para elevação do capital social, mediante incorporação de reservas de capital e de lucros; b) Outros assuntos de interesse da sociedade. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004, publicados em 30/03/2005, no jornal "O DIA" e 31/03/2005, no Diário Oficial do Estado. Teresina(PI), 12 de Abril de 2005 - João Claudino Fernandes - Presidente, Francisco Flávio Germano Magalhães - 1º Vice-Presidente e Ronilson Nery Dantas - 2º Vice-Presidente.

P. P. 14240  
3-1**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO VALE DA MESA DE PEDRA DA MICRORREGIÃO DO CARNAUBAL, MUNICÍPIO DE AROAZES.**

A Associação Comunitária do Vale da Mesa de Pedra da Microrregião do Carnaubal, no município de Aroazes-PI, fundada em 06 de fevereiro de 2005, com sede social no Carnaubal, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, constituída por um número ilimitado de sócios, pessoas físicas ou jurídicas, sem distinção de nacionalidade, religião ou raça, proprietário ou não, residentes ou domiciliados no mencionado povoado e suas adjacências a assembléia é soberana em suas decisões, as quais terão que ser acatadas pela diretoria.

P. P. 14241

**EDITAL**

A Associação de Desenvolvimento Comunitário da Lagoa do Luis Nogueira em Valença-PI torna público que requereu junto a Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMAR - PI, pedido de licenciamento prévio para perfuração e instalação de um poço tubular na comunidade Lagoa do Luis Nogueira zona rural do município.

P. P. 14242

**EXTRATO DE ESTATUTOS DA**  
**Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista - ADEPABEV - Com sede no município de Luzilândia(PI)**

1 - Denominação - Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista - ADEPABEV, entidade civil sem fins lucrativos com sede no Assentamento Bela Vista, Zona Rural, em Luzilândia 2 - Data de Fundação 17 de julho de 2003, 3 - Objetivos - desenvolvimento de atividades relacionadas ao planejamento, organização, controle, assessoramento, fomento e execução de ações nas áreas > econômica, técnica, educacional, cultural, ecológica, fiscal e de qualidade na produção de bens 4 - A Diretoria não recebe remuneração e os diretores não se responsabilizarão diretamente pelos negócios da instituição, 5 - Registros - CNPJ- 06.928.638./0001-00, Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Livro A, n. 2, as fls. 59, sob n. 246, de 07/10/2003, 6 - Diretoria - Presidente - Gilvandete Otaviano da Silva, vice-Presidente- Antonio Carlos da Silva Rocha, 1º. Secretário - Franciscas das Chagas de Sousa 2º. secretário- Maria do Socorro Rodrigues Nascimento, 1º. tesoureiro- Mauro César Silva Castelo Branco, 2º. tesoureiro- Maria Luzia Lira Boiba, Diretor de Esportes - Jean Otaviano da Silva, Diretor Sócio-cultural - Antonio Jose Leão da Silva, Coordenador de Saúde- Sonia Maria de Sousa Resende.

P. P. 14243

**EDITAL DE LICENCIAMENTO**

**ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ANA TERRA CNPJ nº 04.778.272/001-78** pelo seu Presidente Edemar da Silva Oliveira CPF nº 305.739.200-87 torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMAR - PI. Licença Prévia para desmatamento de 16.593,7372 ha que serão utilizados. Na produção de grãos: (arroz, soja, milho, e algodão) na sede da Associação no Município de Bom Jesus - PI.

Bom Jesus-PI, 08 de Abril de 2005.

P. P. 14247



AL. 734/05  
ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

APROVADO À UNANIMIDADE

em, 21/06/2005

Presidente da Comissão de

Constituição e Justiça

**PROJETO DE LEI Nº 025/05**

**PROCESSO AL 714/05**

**AUTOR: DEP. ISMAR MARQUES.**

**RELATOR: DEP. JOÃO MADISON.**

**I - RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição em epígrafe que **reconhece de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista – ADEPABEV.**

A matéria está disciplinada no art. 75 da Constituição Estadual, inclusive quanto a iniciativa c/c o art. 105 do Regimento Interno.

O processo está instruído com a documentação necessária para que uma instituição seja reconhecida como de utilidade pública, ou seja: CNPJ, Ata de Fundação etc...

**II – VOTO DO RELATOR**

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação..

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 25 de maio de 2005.

Dep. JOÃO MADISON  
Relator



**ESTADO DO PIAUÍ.**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

**LEI N.º DE DE DE 2005**

*Reconhece de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista – ADEPABEV e dá outras providências.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.**

**FAÇO** saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecida de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista - ADEPABEV, inscrita no CNPJ sob o nº 06.928.638/0001-00, com sede no Assentamento Bela Vista, Zona Rural no Município de Luzilândia – PI.

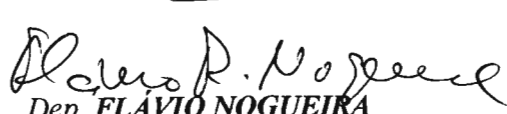
Art. 2º. Ficam garantidos à entidade constante do artigo primeiro desta Lei todos os benefícios assegurados às entidades sem fins lucrativos.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina. (PI), 01 de julho de 2005.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

  
Dep. **MORAES SOUSA FILHO**  
1º Secretário.

  
Dep. **FLÁVIO NOGUEIRA**  
2º Secretário



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembléia Legislativa**

AL-P-(SGM) Nº 191

Teresina(PI), 04 de julho de 2005.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do *Dep. ISMAR MARQUES* que:

*“Reconhece de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Agricultores do Assentamento Bela Vista – ADEPABEV e dá outras providências”*

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí, em exercício  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

AL-7/4/05